



**FLORIANO**  
GOVERNO MUNICIPAL

**ADMINISTRAÇÃO**  
Secretaria Municipal de  
Administração

FL028  
WFB

## **PARECER JURÍDICO**

**DA:** Assessoria Jurídica da Comissão Permanente de Licitações de Floriano-PI.

**PARA:** Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação (CPL) de Floriano-PI.

**ASSUNTO:** Exame do Processo de Dispensa de Licitação.

**DISPENSA DE LICITAÇÃO n° 053/2021.**

**Processo Administrativo n° 001.0004158/2021.**

**OBJETO:** Contratação de pessoa física ou jurídica para elaboração e emissão de perfil profissiográfico – PPP, bem como laudo técnico das condições do ambiente de trabalho (LTCAT), para atender à demanda suscitada em decisão judicial do processo n° 0000327-80.2020.5.22.0106, visando expor informações acerca do sr. Gilson Bezerra da Rocha, durante o período de 01/03/89 a 30/10/2017.

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 24, DA LEI 8.666/93. CONTRATAÇÃO PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO E EMISSÃO DE LAUDO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DE FORMALIDADES LEGAIS

### **1. OBJETO DA CONSULTA**

Trata-se de pedido encaminhado a esta Assessoria Jurídica para fins de manifestação jurídica quanto à viabilidade da contratação de pessoa física ou jurídica especializada na execução de serviços para a elaboração e emissão de perfil profissiográfico – PPP, bem como laudo técnico das condições do ambiente de trabalho (LTCAT), através de contratação direta por dispensa de licitação, fundamentada no art. 24, inciso II da Lei Federal n 8.666/93.

Devidamente tramitadas as solicitações, o processo fora autuado como **Dispensa de Licitação n° 053/2021, Process n° 001.0004158/2021**, cujo objeto a elaboração e emissão de perfil profissiográfico – PPP, bem como laudo técnico das condições do ambiente de trabalho (LTCAT), de acordo com os critérios, termos e condições do estabelecidas neste termo de referência e seus anexos.



**FLORIANO**  
GOVERNO MUNICIPAL

**ADMINISTRAÇÃO**  
Secretaria Municipal de  
Administração

FL 029  
14/6

Para instruir os autos foram juntados, além de outros, os seguintes documentos: Solicitação do Setor Demandante, termo de referência, justificativa, pesquisa de preços, cotação de preços, termo de abertura e autuação, autorização da Secretaria requisitante.

Na oportunidade, antes de adentrar no mérito, cumpre-nos informar que, a presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos do termo de referência e demais documentos.

Vale ressaltar que os preços estimados do objeto a serem contratados através da presente dispensa licitação, não se mostra tarefa responsável a este órgão de assessoramento jurídico, motivo pelo qual, não será objeto de análise.

É o que se tem a relatar.

Em seguida, exara-se o opinativo e análise jurídica.

## **2. DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS QUE REGEM O CERTAME A DISPENSA DE LICITAÇÃO.**

O presente parecer está adstrito aos aspectos legais envolvidos no procedimento trazido a exame, bem como se é caso de dispensa de licitação, mas esta assessoria jurídica não adentrará em aspectos técnicos e econômicos, bem como ao juízo de conveniência e oportunidade na contratação pretendida.

Pretende-se, no caso em apreço, a elaboração e emissão de perfil profissiográfico – PPP, bem como laudo técnico das condições do ambiente de trabalho (LTCAT).

Assim, mediante a impossibilidade de submeter à competição que afasta o Dever Geral de Licitar, insculpido no art. 37, XXI da Carta Política de 1988. Justificando-se a contratação frente à necessidade de assessoramento



técnico jurídico especializado, voltado para o direito administrativo, dada a necessidade de acompanhamento especializado das atividades administrativas.

Essa impossibilidade sempre decorre do objeto, seja porque único, como nos casos de produto exclusivo, seja porque, mesmo não sendo exclusivo, se mostra inconciliável com a ideia de comparação objetiva de propostas.

A espécie normativa que, atualmente, disciplina a Licitação é a Lei Federal n. 8.666/93. Esta veio regulamentar o artigo 37, XXI da Constituição Federal de 1988, haja vista a referida norma não ser de eficácia plena, mas sim de eficácia limitada que, em outros dizeres, significa a necessidade de lei posterior vir regulamentar seu conteúdo para que gere efeitos no mundo jurídico.

No que paira a discussão, cumpre salientar o que trata o artigo 37, XXI da CF/88, in verbis:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”



**FLORIANO**  
GOVERNO MUNICIPAL

## **ADMINISTRAÇÃO**

Secretaria Municipal de  
Administração

Fl. 031  
WLB

Percebe-se, portanto, que o dever de licitar possui viés constitucional. Esta obrigação significa não apenas aceitar o caráter compulsório da licitação em geral, mas também respeitar a modalidade já definida para a espécie de contratação a ser buscada.

Acontece que a própria Constituição da República, como sobredito, delega às legislações infraconstitucionais o possível modo de operar, dentre eles as hipóteses em que as contratações da Administração Pública não serão precedidas de processos licitatórios, o que não dispensa um processo administrativo, ressalta-se.

A dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta. O artigo 24, da Lei 8.666/93 elenca os possíveis casos de dispensa.

Tendo em vista o valor da contratação, o responsável pelas Licitações, Compras e Contratos sugere que a aquisição se dê por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

A licitação dispensada, ensina Hely Lopes Meirelles, "é aquela que a própria lei a declarou como tal". José Santos Carvalho Filho acrescenta que está se caracteriza pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser



**FLORIANO**  
GOVERNO MUNICIPAL

**ADMINISTRAÇÃO**  
Secretaria Municipal de  
Administração

FL 032  
11/16

realizado, mas que, pela particularidade do caso, decidiu o legislador não torná-lo obrigatório.

Cabe aqui certa discricionariedade do agente administrativo, já que a licitação não é proibida. Entretanto, este deve levar em conta que a realização do certame deve também ser vantajosa para a Administração e respeitar o princípio da economicidade.

A Lei nº 8.666/93, ao instituir as normas para licitações e contratos da Administração Pública, autorizou a dispensa de licitação em várias hipóteses, ainda que possível a competição. São circunstâncias peculiares que aconselham a contratação direta, desde que preenchidos os requisitos previstos em lei.

Nesse caso, portanto, o legislador entendeu que, em função do pequeno valor financeiro envolvido, não se justificaria a realização de um procedimento licitatório pela Administração.

Depreende-se, pois, que, nessa hipótese, em razão do pequeno valor envolvido, a legislação autoriza que se reduzam as formalidades prévias às contratações pela Administração Pública.

### **3. CONCLUSÃO**

Cumprе salientar que esta Assessoria Jurídica emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnicos-administrativa, conforme Lei Federal nº 8.666/93. Além disso, este parecer possui caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do gestor e apresenta como respaldo jurídico os fatos e fundamentos colacionados.



**FLORIANO**  
GOVERNO MUNICIPAL

**ADMINISTRAÇÃO**  
Secretaria Municipal de  
Administração

Fl. 037  
MJC

Ex positis, com fulcro nas disposições normativas pertinentes, esta Assessoria manifesta-se pela legalidade do processo administrativo em análise, opinando favoravelmente pelo prosseguimento do feito.

Este é o parecer jurídico, o qual submeto à apreciação e considerações das autoridades competentes.

Floriano - PI, 21 de junho de 2021.

MARCELO ONOFRE  
ADVOGADOS

ASSOCIADOS:28075344  
000189

Assinado de forma digital por  
MARCELO ONOFRE ADVOGADOS  
ASSOCIADOS:28075344000189  
Dados: 2021.06.21 12:12:56 -03'00'

---

***Marcelo Onofre Araújo Rodrigues***  
***Assessor Jurídico da CPL/PMF-PI***  
***OAB/PI nº 13.658***